



uniodonto[®]

Santa Catarina

UNIODONTO DE SC
COOPERATIVA ADMINISTRADORA DE CONTRATOS
ANS n°. 34.220-3
CNPJ n° 02.338.268/0001-63
Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2023
acompanhadas do Relatório dos Auditor Independente
sobre as Demonstrações Financeiras

CONTEÚDO

- Relatório da Administração
- Balanço Patrimonial
- Demonstração do Resultado
- Demonstração de Sobras e Perdas
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
- Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Demonstração do Valor Adicionado
- Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras
- Parecer do Conselho Fiscal
- Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras



uniodonto[®]

Santa Catarina

UNIODONTO DE SC
COOPERATIVA ADMINISTRADORA DE CONTRATOS
ANS n.º 34.220-3
CNPJ n.º 02.338.268/0001-63

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

EXERCÍCIO 2023



Submetemos à apreciação dos Senhores Cooperados as demonstrações contábeis da **UNIODONTO DE SC COOPERATIVA ADMINISTRADORA DE CONTRATOS – ANS – 34.220-3** (“Operadora”), relativas ao exercício de 2023. A apresentação deste relatório observa os dispositivos estabelecidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e a legislação societário-cooperativista brasileira. As principais ocorrências verificadas no exercício de 2023 foram:

1) - DISTRIBUIÇÃO DAS SOBRAS DO EXERCÍCIO DE 2022: A assembleia geral ordinária realizada em 08 de março de 2023, decidiu por unanimidade, que as sobras líquidas do exercício 2022 no valor de R\$ 2.837.395,64, sobras à disposição da AGO, já deduzidos o FATES de R\$ 167.437,42 e a Fundo de Reserva de R\$ 334.874,84 e também serão destinados à constituição do Fundo para Ações Sociais 2023 R\$ 9.040, sendo que deste valor R\$ 2.837.395,64 das sobras líquidas do exercício 2022 a disposição da A.G.O, destinar R\$ 182.501,44 como distribuição de sobras, e o saldo de R\$ 2.654.894,20 seja destinado à formação da “Reserva para Investimentos” a ser constituída dentro do grupo “25331.9028 Outras Reservas de Sobras” do plano de contas estabelecido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar.

2) - RESULTADO DOS NEGÓCIOS: Traçando um comparativo com o exercício de 2022, a Operadora no exercício de 2023 alcançou resultados que podemos considerar excelentes:

	2023	2022
Ingressos Líquidos	R\$ 29.166.312,27	R\$ 28.970.343,66
Dispêndios	R\$ 26.101.635,63	R\$ 25.256.193,56
Sobras antes do IRPJ e CSL	R\$ 3.064.676,64	R\$ 3.714.150,10
IRPJ e CSL	R\$ 178.374,24	R\$ 365.401,70
Sobra Líquida do Exercício	R\$ 2.886.302,40	R\$ 3.348.748,40
Fundo de Reserva e FATES	R\$ 432.945,36	R\$ 502.312,26
Fundo para Ações Sociais	R\$ 9.492,53	R\$ 9.040,50
Sobras à Disposição da AGO	R\$ 2.443.864,51	R\$ 2.837.395,64

3) - NEGÓCIOS USUAIS E FATOS QUE TIVERAM INFLUÊNCIAS NO DESEMPENHO DA COOPERATIVA: Dentre outros salientamos: A) A Operadora cumpre em 100% a quantia dos ativos garantidores e capital regulatório (capital baseado em risco) bem acima do exigido pela legislação vigente. B) Houve um crescimento na ordem de 2,88% nas contraprestações pecuniárias. C) Encerramos o ano de 2023 com 85.567 beneficiários, sendo uma queda de 2,34% em relação ao ano de 2022 por motivo de reavaliação de contratos deficitários. D) A sinistralidade no ano de 2023 foi de 60,19%. E) No ano de 2023 a Operadora continuou investindo na melhoria de processos quanto aos cooperados e a área de vendas. Liberou novas funcionalidades no aplicativo mobile visando redução de custos quanto emissão de carteiras e interação com o beneficiário. Na área de infraestrutura de tecnologia, a operadora renegociou contratos com a visão em redução de despesas sem abrir mão da segurança e proteção aos dados regidos pela LGPD. F) No âmbito regulatório, a operadora está de acordo com o novo capital regulatório, com seus índices em consonância, bem como implantado a governança corporativa exigida.

4) - PERSPECTIVAS E PLANOS: Para o ano 2024, nosso foco será continuar garantindo a estabilidade econômica financeira da Operadora, competindo de forma sustentável com a concorrência existente. Na área de tecnologia, a Operadora continuará promovendo investimentos quanto a novos métodos de análise das informações, para melhor tomada de decisão, novas tecnologias para agilizar e diminuir os custos dos processos como GTO's eletrônicas, etc. Acreditamos que a força da marca Uniodonto, a qualidade da odontologia que praticamos e a capacidade de superação de nossas equipes, podem nos levar cada vez mais à realização de nosso propósito.

5) - INVESTIMENTOS REALIZADOS E MONTANTE DOS RECURSOS: Com recursos próprios foram realizados investimentos no total de R\$ 142.592,03 assim distribuídos: A) Equipamentos de Informática: R\$ 50.107,33. B) Móveis e Utensílios: R\$ 3.400,00. C) Equipamentos de Escritório: R\$ 9.217,11. D) Reforma de Imóveis: R\$ 43.108,00. E) Investimento em Outras Cooperativas: R\$ 36.759,59.

6) - SOBRAS À DISPOSIÇÃO DA AGO – PROPOSTA: Visando o fortalecimento do patrimônio líquido da Operadora, propomos que as sobras do exercício 2023, na ordem de R\$ 2.886.302,40 e descontados o Fundo de Reserva e FATES no valor de R\$ 432.945,36 e o Fundo para Ações Sociais no valor de R\$ 9.492,53, que o saldo de R\$ 2.443.864,51, sejam destinadas integralmente à formação do fundo “Reserva para Investimentos”, a ser constituído dentro do grupo “25331.9028 Outras Reservas de Sobras” do plano de contas estabelecido pela ANS.

7) - Declaração de não ocorrência de operações suspeitas: Declaramos que não houveram ocorrências de operações suspeitas no exercício de 2023 e nem operações suspeitas identificadas em exercícios anteriores que devessem ser informadas ao Conselho de Controle de Atividade Financeiras - CO-AF, conforme determina o inciso III do artigo 11 da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998.

A Diretoria também declara que não tem conhecimento de nenhum fator de ordem cível, tributária ou fiscal, administrativa ou comercial, que venha trazer qualquer modificação nos relatórios apresentados.

Diretoria

Dr. Ricardo Hochheim Filho - Presidente
CPF: 008.276.499-91

Dr. Beato Ari Stingelin – Vice Presidente
CPF: 081.984.039-49

Dr. Fred Zimmermann - Superintendente
CPF: 020.239.899-49

UNIODONTO DE SC COOPERATIVA ADMINISTRADORA DE CONTRATOS - ANS - 34.220-3

BALANÇO PATRIMONIAL em 31 de dezembro

(Valores expressos em reais)

	Nota(s)	2023	2022
ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE:		27.604.506,53	24.770.022,47
Disponível	3c, 4	511.204,66	1.860.452,39
Realizável:		27.093.301,87	22.909.570,08
Aplicações financeiras:	3d, 5	23.952.706,94	20.325.554,56
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		-	3.550.683,21
Aplicações livres		23.952.706,94	16.774.871,35
Créditos de operações com planos de assistência à saúde:		2.257.675,47	1.879.412,47
Contraprestação pecuniária a receber	3a, 3e, 3h, 6	2.214.195,69	1.838.515,39
Participação dos beneficiários em eventos indenizáveis	3f, 3h, 7	43.479,78	40.897,08
Créditos de operações de assist. à saúde não relac. com planos de saúde da operadora	3g, 3h, 8	201.485,47	23.638,23
Créditos tributários e previdenciários	9	417.567,96	378.393,32
Bens e títulos a receber	10	192.115,19	295.623,75
Despesas antecipadas	11	6.943,51	6.713,12
Conta corrente com cooperados	12	64.807,33	234,63
ATIVO NÃO CIRCULANTE:		1.669.330,82	1.563.153,90
Realizável a longo prazo:		831.738,09	769.714,12
Créditos tributários e previdenciários	13	289.749,32	266.373,70
Outros créditos a receber a longo prazo	14	541.988,77	503.340,42
Investimentos:	3i, 15	373.452,55	342.000,32
Participações societárias pelo método de custo		349.963,67	313.204,08
Outros investimentos		23.488,88	28.796,24
Imobilizado:	3j, 3l, 16	427.079,47	399.298,97
Imóveis de uso próprio:		113.081,38	38.321,36
Imóveis - Não odontológicos		113.081,38	38.321,36
Imobilizado de uso próprio:		313.998,09	322.609,71
Imobilizado - Não odontológicos		313.998,09	322.609,71
Outras imobilizações		-	38.367,90
Intangível	3k, 17	37.060,71	52.140,49
TOTAL DO ATIVO		29.273.837,35	26.333.176,37

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UNIODONTO DE SC COOPERATIVA ADMINISTRADORA DE CONTRATOS - ANS - 34.220-3

BALANÇO PATRIMONIAL em 31 de dezembro

(Valores expressos em reais)

	<u>Nota(s)</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
PASSIVO			
PASSIVO CIRCULANTE:		6.008.284,38	5.436.697,87
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde:	3a, 3m, 18	3.557.604,02	3.287.777,57
Provisão de contraprestação não ganha (PPCNG)		377.670,06	359.276,41
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais		1.085.785,22	885.255,69
Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)		2.094.148,74	2.043.245,47
Débitos de operações de assistência à saúde:	19	33.398,11	25.547,53
Comercialização sobre operações		138,65	91,71
Operadoras de planos de assistência à saúde		33.259,46	25.455,82
Débitos com operações de assist. saúde não relac. com planos de saúde da operadora	20	203.156,76	201.242,27
Tributos e encargos sociais a recolher	3o, 21, 22	1.784.502,32	1.505.729,97
Débitos diversos	23	429.001,21	416.107,20
Conta corrente de cooperados	24	621,96	293,33
PASSIVO NÃO CIRCULANTE:		-	350.000,00
Provisões		-	350.000,00
Provisões para ações judiciais	25	-	350.000,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO:	26	23.265.552,97	20.546.478,50
Capital social		136.419,08	120.003,08
Reservas:		20.685.269,38	17.589.079,78
Reservas de sobras		20.685.269,38	17.589.079,78
Sobras à disposição da A.G.O.		2.443.864,51	2.837.395,64
TOTAL DO PASSIVO		29.273.837,35	26.333.176,37

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UNIODONTO DE SC COOPERATIVA ADMINISTRADORA DE CONTRATOS - ANS - 34.220-3

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em reais)

	Nota(s)	2023	2022
Contraprestações efetivas ganhas de planos de assistência à saúde:	3a	24.670.790,03	23.919.649,75
Receitas com operações de assistência à saúde		25.487.617,81	24.775.298,96
Contraprestações líquidas		25.487.617,81	24.775.298,96
Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora		(816.827,78)	(855.649,21)
Eventos indenizáveis líquidos:	3a	(14.849.769,85)	(13.631.230,99)
Eventos conhecidos ou avisados		(14.798.866,58)	(13.526.860,60)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados		(50.903,27)	(104.370,39)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		9.821.020,18	10.288.418,76
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde		44.849,99	50.488,04
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora:	27	2.658.849,99	2.667.245,76
Receitas com operações de assistência odontológica		2.658.849,99	2.659.745,76
Outras receitas operacionais		-	7.500,00
Tributos diretos de outras atividades de assistência à saúde		(127.818,91)	(128.265,65)
Outras despesas operacionais com planos de assistência à saúde:	27	(573.873,88)	(540.737,47)
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde		(532.805,76)	(610.026,97)
Provisão para perdas sobre créditos	3h	(41.068,12)	69.289,50
Outras despesas oper. de assist. à saúde não relac. com planos de saúde da operadora	27	(2.663.465,74)	(2.715.364,60)
RESULTADO BRUTO		9.159.561,63	9.621.784,84
Despesas de comercialização	27	(581.267,73)	(576.768,18)
Despesas administrativas	27	(7.243.245,93)	(7.663.491,92)
Resultado financeiro líquido:	27	1.623.004,99	2.269.563,14
Receitas financeiras		1.802.152,75	2.398.163,54
Despesas financeiras		(179.147,76)	(128.600,40)
Resultado patrimonial:	27	106.623,68	63.062,22
Receitas patrimoniais		117.488,42	63.062,22
Despesas patrimoniais		(10.864,74)	-
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		3.064.676,64	3.714.150,10
Imposto de renda	3o, 22	(124.804,59)	(262.324,78)
Contribuição social	3o, 22	(53.569,65)	(103.076,92)
RESULTADO LÍQUIDO	3s	2.886.302,40	3.348.748,40

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS E PERDAS

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em reais)

		Atos cooperativos principais	Atos cooperativos auxiliares	Atos não cooperativos	Total dos atos	
	Nota(s)	Ingressos (Dispêndios)	Receitas (Despesas)	Receitas (Despesas)		2022
		2023				
Contraprestações efetivas ganhas de planos de assistência à saúde:	3a	22.981.981,69	1.688.808,34	-	24.670.790,03	23.919.649,75
Receitas com operações de assistência à saúde		23.744.603,54	1.743.014,27	-	25.487.617,81	24.775.298,96
Contraprestações líquidas		23.744.603,54	1.743.014,27	-	25.487.617,81	24.775.298,96
Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora		(762.621,85)	(54.205,93)	-	(816.827,78)	(855.649,21)
Eventos indenizáveis líquidos:	3a	(13.812.399,01)	(1.037.370,84)	-	(14.849.769,85)	(13.631.230,99)
Eventos conhecidos ou avisados		(13.764.849,55)	(1.034.017,03)	-	(14.798.866,58)	(13.526.860,60)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados		(47.549,46)	(3.353,81)	-	(50.903,27)	(104.370,39)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		9.169.582,68	651.437,50	-	9.821.020,18	10.288.418,76
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde		171,72	44.678,27	-	44.849,99	50.488,04
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora:	27	8.791,57	2.650.058,42	-	2.658.849,99	2.667.245,76
Receitas com operações de assistência odontológica		8.791,57	2.650.058,42	-	2.658.849,99	2.659.745,76
Outras receitas operacionais		-	-	-	-	7.500,00
Tributos diretos de outras atividades de assistência à saúde		(422,73) #	(127.396,18)	-	(127.818,91)	(128.265,65)
Outras despesas operacionais com planos de assistência à saúde:	27	(455.913,69)	(84.537,16)	(33.423,03)	(573.873,88)	(540.737,47)
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde		(429.656,30)	(73.641,52)	(29.507,94)	(532.805,76)	(610.026,97)
Provisão para perdas sobre créditos	3h	(26.257,39) #	(10.895,64)	(3.915,09)	(41.068,12)	69.289,50
Outras despesas oper. de assist. à saúde não relac. com planos de saúde da operadora	27	(35.440,99)	(2.628.024,75)	-	(2.663.465,74)	(2.715.364,60)
RESULTADO BRUTO		8.686.768,56	506.216,10	(33.423,03)	9.159.561,63	9.621.784,84
Despesas de comercialização	27	(465.134,77)	(83.811,27)	(32.321,69)	(581.267,73)	(576.768,18)
Despesas administrativas	27	(5.795.449,41)	(1.046.082,28)	(401.714,24)	(7.243.245,93)	(7.663.491,92)
Resultado financeiro líquido:	27	(41.576,47)	(25.737,94)	1.690.319,40	1.623.004,99	2.269.563,14
Receitas financeiras		101.405,02	-	1.700.747,73	1.802.152,75	2.398.163,54
Despesas financeiras		(142.981,49)	(25.737,94)	(10.428,33)	(179.147,76)	(128.600,40)
Resultado patrimonial:	27	47.323,93	(10.251,58)	69.551,33	106.623,68	63.062,22
Receitas patrimoniais		47.323,93	-	70.164,49	117.488,42	63.062,22
Despesas patrimoniais		-	(10.251,58)	(613,16)	(10.864,74)	-
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		2.431.931,84	(659.666,97)	1.292.411,77	3.064.676,64	3.714.150,10
Imposto de renda	3o, 22	-	174.298,35	(299.102,94)	(124.804,59)	(262.324,78)
Contribuição social	3o, 22	-	62.747,41	(116.317,06)	(53.569,65)	(103.076,92)
RESULTADO LÍQUIDO	3s	2.431.931,84	(422.621,21)	876.991,77	2.886.302,40	3.348.748,40

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UNIODONTO DE SC COOPERATIVA ADMINISTRADORA DE CONTRATOS - ANS - 34.220-3

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em reais)

	Nota(s)	Reservas de Sobras				Resultado	Total
		Capital Social	Reserva Legal (Fundo de Reserva)	RATES (FATES)	Outras Reservas de Sobras		
Saldos em 31 de dezembro de 2021		107.502,00	1.689.965,81	224.160,02	12.675.302,43	2.490.079,86	17.187.010,12
Destinação das sobras conf. A.G.O. em 16/03/2022		-	-	-	2.490.079,86	(2.490.079,86)	-
Integralização de capital em espécie		19.941,08	-	-	-	-	19.941,08
Baixa de cooperados		(7.440,00)	-	-	-	-	(7.440,00)
Utilização de reservas		-	-	-	(1.781,10)	-	(1.781,10)
Reversão para Reservas		-	-	(224.160,02)	224.160,02	-	-
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	3.348.748,40	3.348.748,40
Proposta da destinação do resultado:							
Reserva Legal (Fundo de Reserva) - 10% sobras		-	334.874,84	-	-	(334.874,84)	-
RATES (FATES) - 5% sobras		-	-	167.437,42	-	(167.437,42)	-
Reserva (Fundo) para ações sociais		-	-	-	9.040,50	(9.040,50)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		120.003,08	2.024.840,65	167.437,42	15.396.801,71	2.837.395,64	20.546.478,50
Destinação das sobras conf. A.G.O. em 08/03/2023	26	-	-	-	2.837.395,64	(2.837.395,64)	-
Distribuição de sobras do exercício de 2022 aos cooperados	26	-	-	-	(182.501,44)	-	(182.501,44)
Integralização de capital em espécie	26	21.360,00	-	-	-	-	21.360,00
Baixa de cooperados	26	(4.944,00)	-	-	-	-	(4.944,00)
Utilização de reservas	26	-	-	-	(1.142,49)	-	(1.142,49)
Reversão para Reservas	26	-	-	(167.437,42)	167.437,42	-	-
Resultado líquido do exercício	3s, 26	-	-	-	-	2.886.302,40	2.886.302,40
Proposta da destinação do resultado:							
Reserva Legal (Fundo de Reserva) - 10% sobras	26	-	288.630,24	-	-	(288.630,24)	-
RATES (FATES) - 5% sobras	26	-	-	144.315,12	-	(144.315,12)	-
Reserva (Fundo) para ações sociais	26	-	-	-	9.492,53	(9.492,53)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		136.419,08	2.313.470,89	144.315,12	18.227.483,37	2.443.864,51	23.265.552,97

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UNIODONTO DE SC COOPERATIVA ADMINISTRADORA DE CONTRATOS - ANS - 34.220-3

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em reais)

	2023	2022
ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimento de planos de saúde	25.858.766,34	25.158.615,53
Resgate de aplicações financeiras	8.973.152,56	8.147.637,09
Recebimento de juros de aplicações financeiras	1.644.463,45	1.467.324,19
Outros recebimentos operacionais	2.453.371,62	2.810.541,96
Pagamento a fornecedores/prestadores de serviços de saúde	(18.038.998,96)	(17.059.336,64)
Pagamento de comissões	(546.491,48)	(545.192,02)
Pagamento de pessoal	(2.139.192,72)	(1.930.309,97)
Pagamento de pró-labore	(117.611,00)	(111.760,00)
Pagamento de serviços de terceiros	(3.897.202,70)	(3.876.362,69)
Pagamento de tributos	(1.357.743,56)	(1.601.372,93)
Pagamento de processos judiciais (cíveis/trabalhistas/tributárias)	-	(8.000,00)
Pagamento de aluguel	(30.579,35)	(27.801,08)
Pagamento de promoção/publicidade	(172.192,95)	(142.247,44)
Aplicações financeiras	(12.890.601,21)	(11.770.188,12)
Outros pagamentos operacionais	(929.515,95)	(840.969,35)
Caixa líquido das atividades operacionais	(1.190.375,91)	(329.421,47)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Recebimento de sobras	75.950,42	31.230,74
Outros recebimentos das atividades de investimento	24.146,12	2.346,67
Pagamento de aquisição de ativo imobilizado - Outros	(105.831,61)	(206.585,59)
Caixa líquido das atividades de investimento	(5.735,07)	(173.008,18)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Integralização de capital em dinheiro	21.360,00	19.941,08
Pagamento de participação de resultados	(168.616,75)	-
Outros pagamentos das atividades de financiamento	(5.880,00)	(8.520,00)
Caixa líquido das atividades de financiamento	(153.136,75)	11.421,08
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(1.349.247,73)	(491.008,57)
CAIXA - Saldo inicial	1.860.452,39	2.351.460,96
CAIXA - Saldo final	511.204,66	1.860.452,39
Ativos livres no início do período	18.635.323,74	15.512.025,08
Ativos livres no final do período	24.463.911,60	18.635.323,74
Aumento nas aplicações financeiras - RECURSOS LIVRES	5.828.587,86	3.123.298,66

A conciliação entre o fluxo de caixa operacional e o resultado líquido está demonstrada na nota explicativa nº 28.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UNIODONTO DE SC COOPERATIVA ADMINISTRADORA DE CONTRATOS - ANS - 34.220-3

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
1 – RECEITAS	28.133.690,48	27.562.481,01
1.1) Receitas - Contraprestações líquidas	25.487.617,81	24.775.298,96
1.2) Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde	-	-
1.3) Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	2.703.699,98	2.710.233,80
1.4) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)	(57.627,31)	76.948,25
2 – VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS	-	-
2.1) Variação das provisões técnicas de assistência odontológica	-	-
3 – RECEITA LÍQUIDA OPERACIONAL (1+2)	28.133.690,48	27.562.481,01
4 – BENEFÍCIOS E EVENTOS	17.484.454,87	16.318.624,11
4.1) Eventos conhecidos ou avisados	14.798.866,58	13.526.860,60
4.2) Variação da provisão de eventos ocorridos, mas não avisados	50.903,27	104.370,39
4.3) Outras despesas oper. de assist. à saúde não relac. com planos de saúde da operadora	2.634.685,02	2.687.393,12
4.4) Outras	-	-
5 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	5.378.456,20	6.050.629,68
5.1) Materiais, energia e outros	899.272,16	1.524.653,25
5.2) Serviços de terceiros, comissões líquidas	4.280.134,23	4.198.769,62
5.3) Variação das despesas de comercialização diferidas	-	-
5.4) Perda / Recuperação de valores ativos	199.049,81	327.206,81
6 – VALOR ADICIONADO BRUTO (3-4-5)	5.270.779,41	5.193.227,22
7 – DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	98.439,08	89.318,49
8 – VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (6-7)	5.172.340,33	5.103.908,73
9 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO/CEDIDO EM TRANSFERÊNCIA	1.919.641,17	2.468.725,76
9.1) Receitas financeiras	1.802.152,75	2.398.163,54
9.2) Resultado patrimonial	49.364,49	52.982,67
9.3) Resultado com outras operações	68.123,93	17.579,55
10 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (8+9)	7.091.981,50	7.572.634,49
11 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	7.091.981,50	7.572.634,49
11.1) Pessoal	2.356.777,67	2.239.821,49
11.1.1 – Remuneração direta	1.755.670,07	1.697.577,91
11.1.2 – Benefícios	479.238,01	419.780,65
11.1.3 – F.G.T.S	121.869,59	122.462,93
11.2) Impostos, taxas e contribuições	1.648.305,69	1.836.178,44
11.2.1 – Federais	1.318.114,84	1.489.060,42
11.2.2 – Estaduais	4.396,70	3.790,28
11.2.3 – Municipais	325.794,15	343.327,74
11.3) Remuneração de capitais de terceiros	200.595,74	147.886,16
11.3.1 – Juros	172.209,18	125.891,37
11.3.2 – Aluguéis	28.386,56	21.994,79
11.3.3 – Outras	-	-
11.4) Remuneração de capitais próprios	2.886.302,40	3.348.748,40
11.4.1 – Juros sobre o capital próprio	-	-
11.4.2 – Sobras	-	-
11.4.3 – Resultado líquido do exercício	2.886.302,40	3.348.748,40

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**UNIODONTO DE SC COOPERATIVA ADMINISTRADORA DE CONTRATOS – ANS –
34.220-3**

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em reais)

(1) Contexto operacional

A UNIODONTO DE SC COOPERATIVA ADMINISTRADORA DE CONTRATOS, de agora em diante denominada “Operadora” ou “Uniodonto Administradora”, é uma sociedade cooperativa, que atua na área da saúde, e tem por objetos principais administrar e operar planos de assistência odontológica, realizar pagamentos e recebimentos, prestar relatórios e informações para a administração e operação de planos odontológicos, realizar e promover a participação dos cooperados em cursos, palestras, seminários e outros que sirvam de atualização e aprimoramento, promover mediante convênio com entidades especializadas, o aprimoramento técnico profissional de seus empregados e contratados, administrar contratos e convênios de quaisquer cooperativas, participar de campanhas de expansão do cooperativismo e realizar suas transações sociais sem qualquer objetivo de lucro, fundada em 14/11/1997, com sede no município de Blumenau, estado de Santa Catarina, tem atuação em diversos municípios do estado de Santa Catarina. A cooperativa está subordinada às diretrizes e normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, à qual compete regulamentar, acompanhar e fiscalizar as atividades das operadoras de planos privados de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A entidade possui registro na ANS, sob nº. 34.220-3. Com base na Resolução Normativa – RN nº. 528, de 2022, da ANS, a Operadora é considerada de médio porte, pois na data de encerramento do exercício social possui quantidade entre 20.000 e 100.000 beneficiários.

(2) Apresentação das demonstrações financeiras

(2.1) Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, as quais abrangem a legislação aplicável às sociedades cooperativas, a legislação comercial e tributária, as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e normas editadas pela ANS, conforme plano de contas estabelecido pela Resolução Normativa – RN nº. 528, de 2022. A sociedade cooperativa também atendeu às disposições da Norma Brasileira de Contabilidade, ITG 2004, que dispõe sobre aspectos específicos às entidades cooperativas.

A exigência da demonstração dos fluxos de caixa foi atendida mediante sua elaboração pelo método direto, com a reconciliação de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TG 03 (R3).

A Operadora elaborou de forma facultativa a demonstração do valor adicionado conforme critérios de elaboração e apresentação contidos na Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TG 09.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2023 estão sendo apresentadas em conjunto com as correspondentes demonstrações de 2022, de forma a permitir a comparabilidade.

(2.2) Autorização de conclusão das demonstrações financeiras

Em atendimento ao contido na Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TG 24 (R2), que dispõe sobre evento subsequente, o responsável pela autorização para a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras é o Dr. Ricardo Hochheim Filho, Presidente da Operadora. A referida autorização deu-se em 28/02/2023, portanto todos os fatos relevantes, conhecidos até esta data, estão divulgados nas referidas demonstrações.

(3) Sumário das principais práticas contábeis

(a) Regime de escrituração contábil, reconhecimento de receitas e dos eventos indenizáveis

A Operadora adota o regime de competência para o registro de suas operações que consiste no reconhecimento das receitas e despesas quando ganhas ou incorridas independente do seu efetivo recebimento ou pagamento.

A receita de contraprestação no mercado de saúde é reconhecida mensalmente, de acordo com o período de vigência decorrido do contrato. As contraprestações efetivas ganhas são apropriadas à receita proporcionalmente ao período de risco já decorrido. O fato gerador da receita de contraprestação dos contratos com preço pré-estabelecido é o período de risco decorrido, ou seja, o período em que a operadora já prestou cobertura assistencial. Nos contratos de plano de saúde, a precificação para o período de vigência mensal é reconhecida em uma conta de passivo específica, Provisão de contraprestação não ganha (PPCNG). Esse valor é registrado em contrapartida a conta Contraprestação pecuniária receber, no primeiro dia de vigência do mês. Ao final de cada mês, o valor reconhecido como PPCNG é apropriado ao resultado do período, como receita de contraprestação, em função do período de cobertura do risco já decorrido naquele mês. Nos contratos com preços pós-estabelecidos, a apropriação da receita é registrada na data em que se fizerem presentes os fatos geradores da receita, de acordo com as disposições contratuais, ou seja, a data em que ocorrer o efetivo direito ao valor a ser faturado. Os contratos de planos exclusivamente odontológicos em regime misto de pagamento são considerados na modalidade de preço pré-estabelecido.

O registro contábil dos lançamentos referente à conta Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais é realizado pelo valor integral, cobrado pelo prestador, no mês da notificação da ocorrência da despesa assistencial. Entende-se por notificação da ocorrência da despesa assistencial qualquer tipo de comunicação estabelecida entre o prestador de serviços de saúde e a Operadora, ou terceiro que preste serviço de intermediação de recebimento de contas odontológicas, independente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de transmissão direta ou indireta, que evidencie a realização de procedimento assistencial do beneficiário. Como parte das notificações não ocorrem dentro do período de competência, ou seja, há eventos realizados que não são cobrados ou avisados na totalidade, a Operadora ao final de cada mês, registra os eventos ocorridos e não avisados mediante constituição de Provisão de eventos ocorridos e não avisados.

(b) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS requer que a administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. As estimativas contábeis são determinadas pela administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas que incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões técnicas, as contingências, entre outras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes daqueles registrados em razão da subjetividade inerente ao processo de sua determinação.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa e saldos positivos em bancos e cooperativas de crédito, contas movimento e são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos e outros fins e estão apresentados pela rubrica “Disponível”.

(d) Realizável - Aplicações financeiras

As aplicações em renda fixa estão demonstradas ao custo de aplicação acrescido dos rendimentos auferidos até a data do presente balanço patrimonial, líquidos de IRRF quando aplicável, seguindo a apropriação pró-rata das taxas contratadas. As aplicações em renda variável estão reconhecidas pelo valor efetivamente desembolsado nas aquisições de cotas e podem incluir custos de transação em sua

mensuração inicial. Os montantes relativos a estes fundos são representados pelo valor de suas cotas na data de encerramento das demonstrações financeiras. As aplicações financeiras não são consideradas para fins de Demonstração dos Fluxos de Caixa como Equivalentes de Caixa.

(e) Realizável - Créditos de operações com planos de assistência à saúde - Contraprestação pecuniária a receber

Registra os recursos financeiros a ingressar pela contraprestação de assistência odontológica com plano de assistência à saúde da Operadora, nas modalidades Coletivo sem administradora de benefícios como estipulante e individual, cuja realização deva ocorrer até o término dos doze meses subsequentes àquela da referida operação. São registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos, pois não possui caráter de financiamento, deduzida a provisão para perdas sobre créditos.

(f) Realizável - Créditos de operações com planos de assistência à saúde – Participação dos beneficiários em eventos indenizáveis

Registram os valores devidos correspondentes à participação dos beneficiários em eventos indenizáveis de odontologia, de assistência odontológica, cobertura assistencial com preço pré-estabelecido ou pós-estabelecido, cuja realização deva ocorrer até o término dos doze meses subsequentes àquela da referida operação. São registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos, pois não possui caráter de financiamento, deduzida a provisão para perdas sobre créditos.

(g) Realizável - Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora

Registram os créditos operacionais decorrentes da prestação de serviços de assistência à saúde, odontológicos, não relacionados ao plano de saúde da Operadora, cuja realização deva ocorrer até o término dos doze meses subsequentes àquela da referida operação. São registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos decorrentes de operações não relacionados com planos de saúde da Operadora, não possuindo caráter de financiamento, deduzida a provisão para perdas sobre créditos.

(h) Realizável - Provisão para perdas sobre créditos

Para fins de provisão de perdas sobre créditos - PPSC a Operadora segue as diretrizes estabelecidas pela ANS por meio dos itens 10.2.3, 10.2.3.1 a 10.2.3.3 do Capítulo I – Normas Gerais do Anexo à Resolução Normativa – RN nº. 528, de 2022, conforme segue: a) Nos planos individuais com preço pré-estabelecido, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 60 dias, a totalidade do crédito referente ao contrato deve ser provisionada. b) Para todos os demais planos, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 dias, a totalidade do crédito desse contrato deve ser provisionada. c) Para os créditos de operações não relacionadas com planos de assistência à saúde, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 dias, a totalidade do crédito referente ao contrato deve ser provisionada.

(i) Investimentos

A Operadora possui participações de caráter permanente em outras sociedades cooperativas e foram avaliados pelo custo de aquisição e seus resultados contabilizados, de acordo com o regime de competência. Os valores dos investimentos registrados em outras sociedades são ajustados, quando necessário, para expurgo do efeito econômico de eventuais registros contábeis efetuados pelas investidas que estejam em desconformidade com as normas aplicadas às operadoras de planos privados de saúde.

A Operadora também possui uma propriedade para investimento que é propriedade mantida para obter renda com aluguéis e/ou valorização do capital. As propriedades para investimento são mensuradas ao custo de aquisição conforme exigido pela ANS, não sendo permitida a avaliação a valor justo. A Operadora, em reunião da diretoria, em 02/12/2023, efetuou análise da possibilidade de desvalorização do ativo destinado à renda com uma estimativa dos valores recuperáveis de seu ativo, levando-se em

consideração o valor de mercado. Esta avaliação concluiu que não é necessária a constituição de provisão de perda para desvalorização desse ativo.

(j) Imobilizado

O ativo imobilizado é constituído pelo custo de aquisição. As depreciações foram calculadas pelo método linear e as taxas que levam em conta a vida útil dos bens, estão demonstradas em nota explicativa específica do imobilizado. O valor contábil e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. O valor contábil dos bens imobilizados é ajustado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo contábil exceder ao valor recuperável. A administração da Operadora estimou em reunião da diretoria, em 02/12/2023, de não haver perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados. Também após análise, se decidiu não alterar os critérios e valores da depreciação por não terem representação econômica relevante e por terem suas vidas econômicas já aproximadamente representadas.

(k) Intangível

Refere-se a gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Operadora e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano. Esses ativos são amortizados pelo método linear, pela taxa anual de 20%. Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos.

(l) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revisados anualmente para que sejam identificadas evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando esse for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

(m) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações contidas na Resolução Normativa – RN nº. 574, de 2023, da ANS, conforme descrito na nota explicativa nº. 18. A Provisão de contraprestação não ganha (PPCNG) refere-se à parcela de contraprestação cujo período de cobertura do risco ainda não decorreu. Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais (PESL) refere-se aos montantes já ocorridos e avisados, mas que ainda não foram pagos pela Operadora. A Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA) refere-se à estimativa do montante de eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados, calculados pela aplicação de percentuais estabelecidos pela ANS.

(n) Arrendamentos

A Operadora deve avaliar se um contrato é ou contém arrendamento se ele transmite o direito de controlar o uso do ativo identificado por um período de tempo, em troca de contraprestações. Tal avaliação é realizada no momento inicial. O custo do ativo de direito de uso compreende: (i) o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento; (ii) quaisquer pagamentos de arrendamentos efetuados até a data; (iii) custos diretos incorridos; e (iv) estimativas de custos a serem incorridos na desmontagem e remoção do ativo, quando aplicável e deve ser reconhecido na conta “Imobilizado”.

O passivo do arrendamento deve ser mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento, descontado pela taxa implícita ou taxa incremental sobre empréstimos do arrendatário, representando a obrigação de efetuar os pagamentos do arrendamento e reconhecida na conta “Passivo de Arrendamentos”.

No resultado do período deve ser reconhecida uma despesa de depreciação do ativo de direito de uso e uma despesa de juros do passivo de arrendamento.

As isenções são aplicadas para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

Como arrendatária, a Operadora identificou um contrato que contém arrendamento, referente ao aluguel de sua filial na cidade de Rio do Sul - SC, que tem vigência de 1 ano, com vencimento em 30/09/2024.

(o) Imposto de renda e Contribuição social

São calculados com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente, levando-se a tributação os valores provenientes de atos não cooperativos, conforme mencionado na nota explicativa nº. 23.

(p) Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, distinguindo-se de passivos originados de obrigações legais. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgadas em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

(q) Outros ativos e passivos (Circulantes e Não Circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Operadora e seu custo, ou valor, puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido quando a Operadora possui uma obrigação legal ou é constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

(r) Ajuste a valor presente

O ajuste a valor presente previsto na NBC TG 12 não foi aplicado tendo em vista não ter ocorrido situações excepcionais que determinassem a mensuração contábil a valor presente.

(s) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais a índices ou taxas oficiais incidentes sobre os ativos circulantes e não circulantes e os passivos circulantes e não circulantes. Do resultado são deduzidas/acrescidas as parcelas atribuíveis de imposto de renda e contribuição social.

(t) Informações por segmento

Em função da concentração de suas atividades na atividade de planos de saúde, a Operadora está organizada em uma única unidade de negócio, sendo que as operações não são controladas e gerenciadas pela administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Operadora acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

(4) Disponível (Caixa e equivalentes de caixa)

Contemplam numerários em caixa e saldos em bancos conta movimento conforme quadro abaixo:

Disponível	2023	2022
Caixa	5.882,42	4.964,78
Bancos conta movimento	505.322,24	1.855.487,61
Total	511.204,66	1.860.452,39

(5) Realizável - Aplicações financeiras

A composição das aplicações financeiras está representada pelas contas demonstradas a seguir:

Aplicações financeiras	2023	2022
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		
Sicredi – ANS	-	2.010.007,40
Unicred – ANS	-	1.540.675,81
Total aplicações garantidoras de provisões técnicas	-	3.550.683,21
Aplicações livres (renda fixa)		
Viacredi	10.168.072,18	8.415.765,11
Unicred	7.770.380,31	5.346.190,38
XP Investimentos	1.920.066,61	1.715.046,37
BTG Pactual	842.987,73	601.797,11
Siccob MaxiCrédito	614.000,00	471.134,00
Sicredi	2.215.000,00	-
Banco do Brasil	272.200,11	-
Total aplicações livres (renda fixa)	23.802.706,94	16.549.932,97
Aplicações livres (renda variável)		
XP Investimentos	150.000,00	224.938,38
Total aplicações livres (renda variável)	150.000,00	224.938,38
Total aplicações livres (renda fixa e renda variável)	23.952.706,94	16.774.871,35
Total Aplicações financeiras	23.952.706,94	20.325.554,56

A Operadora classificada como cooperativa odontológica, por meio da Resolução Normativa – RN nº. 573/2023, da ANS, deixou de possuir a obrigação de vincular ativos garantidores de provisões técnicas, conforme Ofício-Circular nº. 3/2023/CESME/GEHAE/GAAME/DIRAD-DIOPE/DIOPE, estando as aplicações financeiras liberadas.

A Operadora possui aplicações financeiras livres que não estão atreladas a nenhuma obrigação junto a ANS. Estas aplicações seguem a estratégia de diversificação em títulos de renda fixa - privados e instituições financeiras, com o objetivo de atender os itens de rentabilidade, liquidez e segurança, julgados adequados à política da Operadora.

(6) Realizável – Créditos de operações com planos de assistência à saúde - Contraprestação pecuniária a receber

A composição dos Créditos de operações com planos de assistência à saúde - Contraprestação pecuniária a receber nas modalidades Coletivo sem administradora de benefícios como estipulante e individual está representada pelas contas a seguir:

Contraprestação pecuniária a receber	2023	2022
Contraprestação pecuniária a receber – Individual	1.093.053,09	918.552,29
Menos – Provisão para perdas sobre créditos	(378.805,90)	(338.189,93)
Contraprestação pecuniária a receber – Coletivo	1.516.735,74	1.277.253,42
Menos – Provisão para perdas sobre créditos	(16.787,24)	(19.100,39)
Total	2.214.195,69	1.838.515,39

A composição da conta contraprestação pecuniária a receber, por idade de vencimento, é:

Vencimento	2023	2022
A vencer	1.899.428,66	1.720.546,65
Vencidos até 30 dias	305.963,76	116.903,24
Vencidos de 31 a 60 dias	29.497,41	31.645,19
Vencidos de 61 a 90 dias	16.319,67	20.158,57
Vencidos a mais de 90 dias	358.579,33	306.552,06
Sub-total	2.609.788,83	2.195.805,71
Menos – Provisão para perdas sobre créditos	(395.593,14)	(357.290,32)
Total	2.214.195,69	1.838.515,39

(7) Realizável – Créditos de operações com planos de assistência à saúde – Participação dos beneficiários em eventos indenizáveis

A composição da conta participação dos beneficiários em eventos indenizáveis de odontologia, por idade de vencimento, é:

Vencimento	2023	2022
A vencer	41.801,25	38.091,28
Vencidos até 30 dias	1.352,17	1.553,72
Vencidos de 31 a 60 dias	326,36	1.252,08
Vencidos de 61 a 90 dias	-	-
Vencidos a mais de 90 dias	3.498,96	733,66
Sub-total	46.978,74	41.630,74
Menos – Provisão para perdas sobre créditos	(3.498,96)	(733,66)
Total	43.479,78	40.897,08

(8) Realizável – Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora

A composição dos créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora está representada pelas contas a seguir:

Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	2023	2022
Contas a receber – Pessoas jurídicas	201.485,47	23.638,23
Contas a receber – Pessoas físicas	-	-
Menos – Provisão para perdas sobre créditos	-	-
Total	201.485,47	23.638,23

A composição dos créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora, por idade de vencimento, é:

Vencimento	2023	2022
A vencer	201.485,47	23.638,23
Vencidos até 30 dias	-	-
Vencidos de 31 a 60 dias	-	-
Vencidos de 61 a 90 dias	-	-
Vencidos a mais de 90 dias	-	-
Sub-total	201.485,47	23.638,23
Menos – Provisão para perdas sobre créditos	-	-
Total	201.485,47	23.638,23

(9) Realizável – Créditos tributários e previdenciários

Registra os créditos tributários e previdenciários gerados com a retenção na fonte, direito à compensação e restituição dos tributos recolhidos a maior, antecipação de tributos devidos no curso do ano-calendário, cuja realização deva ocorrer até o término dos doze meses subsequentes àquele da referida operação. O grupo é composto da seguinte forma:

Créditos tributários e previdenciários	2023	2022
Imposto de renda retido na fonte	189.657,53	137.878,18
Imposto de renda a compensar/restituir	200.058,29	240.448,91
Contribuição social a compensar/restituir	27.078,16	66,23
PIS e COFINS a compensar/restituir	574,61	-
Outros créditos tributários e previdenciários	199,37	-
Total	417.567,96	378.393,32

(10) Realizável - Bens e títulos a receber

Registra os valores correspondentes a títulos a receber inerentes à atividade da Operadora, cuja liquidação deva ocorrer até o término dos doze meses subsequentes. Esse grupo de contas também registra os valores e bens que não se enquadram em contas específicas do ativo circulante. Quando necessária, é reconhecida provisão para perdas sobre créditos.

Bens e títulos a receber	2023	2022
Cartões de crédito	132.499,00	227.906,27
Outros títulos a receber	69.887,71	53.893,09
Adiantamentos a funcionários	30.726,17	35.105,00
Cotas a receber de cooperativa de crédito	19.784,50	24.730,62
Adiantamentos diversos	188,78	0,55
Aluguéis a receber	1.600,00	-
Menos – Provisão para perdas sobre créditos	(62.570,97)	(46.011,78)
Total	192.115,19	295.623,75

(11) Realizável - Despesas antecipadas

Registram despesas antecipadas decorrentes de prêmios de seguros patrimoniais.

Despesas antecipadas	2023	2022
Prêmios de seguros	6.943,51	6.713,12
Total	6.943,51	6.713,12

(12) Realizável - Conta corrente com cooperados

Registra as operações ativas com o quadro social da Cooperativa (Operadora), cuja realização deva ocorrer até o término dos doze meses subsequentes àquele da referida operação.

Conta corrente com cooperados	2023	2022
Cooperados diversos	64.807,33	234,63
Total	64.807,33	234,63

(13) Realizável a longo prazo – Créditos tributários e previdenciários

Referem-se a créditos decorrentes de IRF-remuneração sobre serviços prestados por associados de cooperativa de trabalho, atualizados pela SELIC, cujos pedidos de restituição encontram-se com despacho decisório emitido ou em análise junto a Receita Federal do Brasil – RFB.

Créditos tributários e previdenciários	2023	2022
Imposto de renda	289.749,32	266.373,70
Total	289.749,32	266.373,70

(14) Realizável a longo prazo – Outros créditos a receber a longo prazo

Esses créditos se referem a precatório expedido pelo Tribunal da Justiça, relativos aos direitos oriundos do processo nº. 5009832-43.2017.4.04.7205/SC referente ação de declarar a inexistência da Taxa de Saúde Suplementar por Beneficiário (TSS por Beneficiário), com trânsito em julgado em 29/06/2020 com precatório expedido em 16/10/2020 e está demonstrado pelo montante definido judicialmente, atualizado monetariamente até 31/12/2023 pela SELIC. Referido precatório foi resgatado por meio de crédito bancário ocorrido em 17/01/2024, líquido de imposto de renda na fonte, no valor de R\$ 525.322,97.

Outros créditos a receber a longo prazo	2023	2022
Precatório federal	541.988,77	503.340,42
Total	541.988,77	503.340,42

(15) Investimentos

Representa as participações permanentes em outras sociedades cooperativas e o imóvel de propriedade da Operadora, não destinado ao uso próprio e estão representados pelas contas demonstradas a seguir

Investimentos	2023	2022
Uniodonto do Brasil	9.122,15	9.122,15
Federação das Coop.Odont. do Estado de Santa Catarina	96.350,64	96.350,64
Uniodonto Santa Catarina Cooperativa Odontológica	240,00	240,00
Sicoob MaxiCrédito	11.028,36	8.876,28
Sicredi	16.334,83	12.047,72
Unicred	156.516,42	131.089,19
Viacredi	60.371,27	55.478,10
Total participações societárias pelo método de custo	349.963,67	313.204,08
Imóvel em Florianópolis – SC	23.488,88	28.796,24
Total imóveis destinados à renda pelo método de custo	23.488,88	28.796,24
Total	373.452,55	342.000,32

(16) Imobilizado

O ativo imobilizado é composto por bens não odontológicos como segue:

Imobilizado	Taxa Deprec.	2023	2022
Bens imóveis de uso próprio	4% a.a.	181.475,90	100.000,00
Móveis e utensílios	10% a.a.	319.518,67	316.204,17
Máquinas de escritório	10% a.a.	135.488,77	126.271,66
Equipamentos de informática	20% a.a.	412.461,15	376.120,04
Veículos	20% a.a.	182.738,88	182.738,88
Imobilizações em curso	-	-	38.367,90
Custo		1.231.683,37	1.139.702,65
Menos - Depreciação acumulada		(804.603,90)	(740.403,68)
Valor contábil		427.079,47	399.298,97

O resumo das movimentações segue abaixo:

	2022	2023				Valor contábil
	Valor contábil	Aquisições	Baixas líquidas	Depreciação	Transf.	
Bens imóveis uso próprio	38.321,36	-	-	(6.715,88)	81.475,90	113.081,38
Móveis e utensílios	85.916,59	3.400,00	-	(17.795,77)	-	71.520,82
Máquinas de escritório	32.074,61	9.217,11	-	(5.296,91)	-	35.994,81
Equip.de informática	101.319,28	50.107,33	-	(38.937,61)	-	112.489,00
Veículos	103.299,23	-	-	(9.305,77)	-	93.993,46
Imobilizações em curso	38.367,90	43.108,00	-	-	(81.475,90)	-
	399.298,97	105.832,44	-	(78.051,94)	-	427.079,47

(17) Intangível

O resumo das movimentações segue abaixo:

	2022	Controladora				Valor contábil
	Valor contábil	Aquisições	Baixas líquidas	Amortização	Transf.	
Softwares	52.140,49	-	-	(15.079,78)	-	37.060,71
	52.140,49	-	-	(15.079,78)	-	37.060,71

(18) Passivo circulante - Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

A Operadora possui constituídas três provisões técnicas de acordo com a legislação da ANS: a Provisão de contraprestação não ganha (PPCNG), a Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais e a Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA).

Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	2023	2022
PPCNG	377.670,06	359.276,41
Provisão de eventos a liquidar - Prestadores	1.085.785,22	885.255,69
PEONA	2.094.148,74	2.043.245,47
Total	3.557.604,02	3.287.777,57

O saldo da Provisão de contraprestação não ganha (PPCNG) é calculada pela Operadora com base na Resolução Normativa – RN nº. 574, de 2023, da ANS, que se caracteriza pelo reconhecimento das receitas pelo sistema “pro rata dia” proporcional ao período de cobertura contratual, sendo registrada a PPCNG a ser apropriada como receita, relativa ao período de cobertura seguinte.

Com base na, da ANS, a Operadora constitui a Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais, que representa a garantia de eventos já ocorridos, registrados contabilmente e ainda não pagos, observando os critérios estabelecidos pela ANS que dispõe que o registro contábil dos lançamentos referentes à conta Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais deverá ser constituída pelo valor integral, cobrado pelo prestador, no mês da notificação da ocorrência da despesa assistencial. O fato gerador da despesa com eventos é o atendimento ao beneficiário. Naqueles casos em que esse atendimento ocorrer sem o conhecimento da operadora o reconhecimento da despesa se dá com a constituição da provisão técnica específica (PEONA), nos moldes da regulamentação em vigor conforme descrito abaixo.

Quanto a Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA) conforme dispõe o artigo nº. 11 da Resolução Normativa – RN nº. 574, de 2023, da ANS, a Operadora efetuou a constituição desta provisão, seguindo a diretriz da ANS quanto à constituição dos valores mínimos, observando o maior entre os seguintes valores: I – 8,5% do total de contraprestações odontológicas nos últimos doze meses, na modalidade de preço preestabelecido; II – 10% do total dos eventos indenizáveis odontológicos, nos últimos doze meses, na modalidade de preço preestabelecido.

Conforme mencionado na nota explicativa nº. 5, a Operadora classificada como cooperativa odontológica está isenta de manter aplicações financeiras garantidoras vinculadas em favor da ANS para lastrear as provisões técnicas conforme Resolução Normativa – RN nº. 573/2023, da ANS.

(19) Passivo circulante - Débitos de operações de assistência à saúde

Débitos de operações de assistência à saúde	2023	2022
Comercialização sobre operações (a)	138,65	91,71
Operadoras de planos de assistência à saúde (b)	33.259,46	25.455,82
Total	33.398,11	25.547,53

(a) Registram as comissões a pagar por angariação de planos de assistência odontológica.

(b) Registram débitos a pagar de corresponsabilidade cedida decorrentes de intercâmbio com operadoras de planos de assistência à saúde com base em documentos comprobatórios e controles gerenciais auxiliares.

(20) Passivo circulante - Débitos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora

Registram os débitos operacionais de assistência à saúde, não relacionados com planos de saúde da Operadora, com base em documentos comprobatórios e controles gerenciais auxiliares.

Débitos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	2023	2022
Prestadores de serviços de assistência à saúde – Clínicas	203.128,72	201.190,02
Cooperados pessoa física	28,04	52,25
Total	203.156,76	201.242,27

(21) Passivo circulante - Tributos e encargos sociais a recolher

Esses tributos e encargos sociais apresentam a seguinte composição:

Tributos e encargos sociais a recolher	2023	2022
ISS - Imposto sobre Serviços (Blumenau)	12.127,63	10.703,36
ISS - Imposto sobre Serviços (Outros municípios)	1.451.336,01	1.137.163,43
ISS - Imposto sobre Serviços (Total)	1.463.463,64	1.147.866,79
CSL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	-	33.736,24
INSS	151.579,50	161.953,05
FGTS	14.184,63	13.999,33
PIS e COFINS	57.644,20	49.205,07
Impostos e contribuições retidas na fonte	97.630,35	98.969,49
Total	1.784.502,32	1.505.729,97

O Plenário do Supremo Tribunal Federal – STF declarou inconstitucionais dispositivos de lei complementar federal que deslocaram a competência para a cobrança do Imposto Sobre Serviços -ISS do município do prestador do serviço para o do tomador. A decisão, por maioria de votos, foi tomada no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 499 e das Ações Diretas de Inconstitucionalidade 5.835 e 5.862, na sessão virtual encerrada em 02 de junho de 2023. As ações questionavam a validade de dispositivos da Lei Complementar – LC 116/2003, alterados pela LC 157/2016, que determinavam que o ISS seria devido no município do tomador do serviço de determinadas atividades, entre as quais os planos de saúde odontológicos. Até a data de encerramento do exercício social de 2023, a Operadora calculou e reconheceu no passivo circulante a multa e juros sobre os montantes não recolhidos referentes a outros municípios.

(22) Passivo circulante – IRPJ e CSL

A Operadora calcula o IRPJ e a CSL de acordo com a legislação tributária vigente, apurados com base no Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR. O IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro tributável, que excede a R\$ 240.000,00 ao ano, e a CSL é calculada pela alíquota de 9%.

	2023	2022
Lucro antes do IRPJ e CSL	3.064.676,64	3.714.150,10
Adições (Exclusões)	(37.526,44)	86.631,04
Menos - Exclusão relativa ao ato cooperativo	(2.431.931,84)	(2.655.482,00)
Base de cálculo antes dos prejuízos fiscais	595.218,36	1.145.299,14
Menos - Compensação de prejuízos fiscais	-	-
Base de cálculo depois da compensação dos prejuízos fiscais	595.218,36	1.145.299,14
IRPJ (15% + 10% sobre o que exceder a R\$ 240.000,00)	124.804,59	262.324,79
CSL (9%)	53.569,65	103.076,92
Total do IRPJ e CSL devidos	178.374,24	365.401,71

A Operadora não possui ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na data do balanço.

ATOS COOPERATIVOS E NÃO COOPERATIVOS

Atos cooperativos principais referem-se aos serviços realizados exclusivamente pelos cooperados / associados do sistema Uniodonto, e atos cooperativos auxiliares referem-se aos serviços realizados com as clínicas credenciadas. A cooperativa odontológica (Operadora) para fins de apuração do IRPJ e CSL considera atos cooperativos auxiliares como atos não cooperativos. A apuração dos atos cooperativos e não cooperativos, visa atender a Lei das Cooperativas (Lei n.º 5.764/1971) e legislação tributária específica, onde os resultados dos atos não cooperativos são levados à conta da RATES (FATES), conforme decisão da Assembleia (AGO).

CRITERIOS DE PROPORCIONALIDADE E SEGREGAÇÃO DOS ATOS COOPERATIVOS E NÃO COOPERATIVOS

Sobre os eventos indenizáveis líquidos apura-se a proporcionalidade dos atos cooperativos e não cooperativos, sendo o resultado desta equação aplicada sobre os ingressos de contraprestações emitidas de assistência odontológica em pré-pagamento, pós-pagamento e demais receitas de plano de assistência odontológica. Sobre as despesas e custos indiretos aplica-se a proporcionalidade obtida entre as receitas de atos cooperativos e atos não cooperativos, sendo que algumas receitas e despesas são apuradas adotando critério diferenciado, dentre os principais podemos destacar as receitas e despesas patrimoniais como juros sobre capital, venda imobilizado e receitas de aplicações financeiras, que são alocadas integralmente como ato não cooperativo.

(23) Passivo circulante - Débitos diversos

Neste item estão registrados os seguintes valores:

Débitos diversos	2023	2022
Obrigações com pessoal	353.748,90	359.896,26
Fornecedores de bens e serviços	67.336,89	51.055,12
Depósitos de beneficiários e de terceiros	5.330,42	2.001,12
Arrendamentos a pagar	2.465,00	2.314,70
Cotas a devolver a cooperados	120,00	840,00
Total	429.001,21	416.107,20

(24) Passivo circulante – Conta corrente de cooperados

Registra as operações passivas com o quadro social da Cooperativa (Operadora), cuja liquidação deva ocorrer até o término dos doze meses subsequentes àquele da referida operação (R\$ 293,33 em 2022 e R\$ 761,36 em 2021).

Conta corrente de cooperados	2023	2022
Federação das Coop.Odontológica do Estado de Santa Catarina	240,70	293,33
Uniodonto Santa Catarina Cooperativa Odontológica	381,26	-
Total	621,96	293,33

(25) Passivo não circulante – Provisões para ações judiciais

Provisões para ações judiciais	2023	2022
Cível	-	350.000,00
Total	-	350.000 ,00

De acordo com as assessorias jurídicas especializadas contratadas, a Operadora não apresenta contingências consideradas como perda provável. Em 09/10/2023 ocorreu o encerramento da ação de natureza cível por perdas e danos materiais, provisionada em R\$ 350.000,00, onde a Operadora teve ganho de causa.

Também de acordo com as assessorias jurídicas especializadas contratadas, a Operadora não apresenta contingências consideradas como perda possível.

(26) Patrimônio líquido - Capital social realizado e reservas

O capital social realizado é no montante de R\$ 136.419,08 (R\$ 120.003,08 em 2022). A Operadora possui na data do balanço patrimonial 2.179 cooperados (2.058 em 2022), sendo que o valor da quota parte é de R\$ 240,00. Cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do valor do capital possuído. Por meio da Assembleia Geral Ordinária realizada em 08/03/2023, as sobras líquidas do exercício de 2022, no valor de R\$ 2.846.436,14, já deduzidos o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES (RATES) e Fundo de Reserva (Reserva Legal) de R\$ 502.312,26, foram destinadas em R\$ 9.040,50 para Fundo (Reserva) para Ações Sociais e R\$ 2.837.395,64 para Reserva para Investimentos (Outras Reservas de Sobras). O estatuto social prevê a destinação de 10% para o Fundo de Reserva (Reserva Legal) que tem por finalidade reparar eventuais perdas e atender ao desenvolvimento de atividades da cooperativa conforme artigo n°. 52 do estatuto social e 5% para o FATES (RATES) que se destina à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados, e aos empregados da própria Cooperativa (Operadora) conforme artigo n°. 53 do estatuto social.

(27) Despesas e resultado financeiro por natureza

A Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TG 26 (R5), dispõe sobre apresentação das demonstrações financeiras. Estão mostrados a seguir, o detalhamento das outras receitas e despesas, despesas de comercialização, administrativas, resultado financeiro e resultado patrimonial apresentadas na demonstração do resultado conforme padrão determinado pela ANS.

Receitas de assistência à saúde não relac. com planos de saúde da operadora	2023	2022
Receitas com prestação de serviços	2.658.849,99	2.659.745,76
Outras receitas operacionais	-	7.500,00
Total	2.658.849,99	2.667.245,76

Outras despesas operacionais com planos de assistência à saúde	2023	2022
Confecção de carteiras	8.405,21	6.499,27
Despesas com cobrança	337.312,27	304.921,12
Outras despesas	260,00	7.030,00
Perdas incobráveis	186.828,28	291.576,58
Provisão (reversão) p/perdas sobre créditos-PPSC	41.068,12	(69.289,50)
Total	573.873,88	540.737,47

Outras despesas de operações de assist. à saúde não relat. com planos de saúde da operadora	2023	2022
Despesas com prestação de serviços	2.724.926,63	2.774.686,40
Menos – Deduções com prestação de serviços	(90.241,61)	(87.293,28)
Perdas incobráveis	12.221,53	35.630,23
Provisão (reversão) p/perdas sobre créditos-PPSC	16.559,19	(7.658,75)
Total	2.663.465,74	2.715.364,60

Despesas de comercialização	2023	2022
Remuneração pessoal próprio	25.758,00	23.418,00
Comissão/agenciamento	546.545,96	545.200,72
Encargos sociais	8.963,77	8.149,46
Total	581.267,73	576.768,18

Despesas administrativas	2023	2022
Despesas com pessoal próprio	2.824.410,05	2.679.420,78
Despesas com serviços de terceiros	3.733.588,27	3.653.748,90
Despesas com localização e funcionamento	638.407,50	664.353,28
Desp. com publicidade e propaganda institucional	175.478,66	164.360,86
Despesas com tributos	21.162,78	4.646,93
Despesas administrativas diversas	(149.801,33)	496.961,17
Total	7.243.245,93	7.663.491,92

Receitas e despesas financeiras	2023	2022
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	1.625.911,66	2.256.628,81
Receitas financeiras com operações de assistência à saúde	73.338,59	75.504,88
Outras receitas financeiras	102.902,50	66.029,85
Total	1.802.152,75	2.398.163,54
Despesas financeiras		
Despesas com títulos de renda variável	14.119,38	-
Despesas financeiras com operações de assistência à saúde	8.689,81	16.672,63
Outras despesas financeiras	156.338,57	111.927,77
Total	179.147,76	128.600,40
Resultado financeiro líquido	1.623.004,99	2.269.563,14

Receitas e despesas patrimoniais	2023	2022
Receitas patrimoniais		
Receitas com imóveis de renda	20.800,00	2.346,67
Retorno de sobras	96.688,42	60.715,55
Total	117.488,42	63.062,22
Despesas patrimoniais		
Depreciação de imóveis destinados à renda ou venda	5.307,36	-
Outras despesas com imóveis destinados à renda ou venda	5.557,38	-
Total	10.864,74	-
Resultado patrimonial líquido	106.623,68	63.062,22

(28) Conciliação entre o resultado líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais

Conforme regra da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é elaborada pelo método direto com reconciliação do saldo das atividades operacionais. A seguir demonstramos a reconciliação do resultado líquido da DFC nos termos na NBC TG 03 (R3) – Demonstração dos Fluxos de Caixa e Resolução Normativa - RN nº. 528, de 2022, da ANS.

**UNIODONTO DE SC COOPERATIVA ADMINISTRADORA DE CONTRATOS
DEMONSTRAÇÃO DA CONCILIAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO COM O CAIXA LÍQUIDO
GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS
Exercícios findos em 31 de dezembro**

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
CONCILIAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO COM O CAIXA GERADO (CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado líquido	2.886.302,40	3.348.748,40
Ajustes para conciliar o resultado com caixa e equivalentes de caixa gerados (consumidos) pelas atividades operacionais:		
Retorno de sobras	(96.688,42)	(60.715,55)
Receitas com imóveis de renda	(20.800,00)	(2.346,67)
Juros sobre capital próprio	(18.377,80)	(10.667,91)
Depreciação e amortização	98.439,08	89.318,49
Despesas com ações sociais	(1.142,49)	(1.781,10)
Outros ajustes	2.356,21	(0,20)
Resultado líquido ajustado	<u>2.850.088,98</u>	<u>3.362.555,46</u>
Variações nos ativos e passivos:		
(Aumento) redução nas aplicações financeiras	(3.627.152,38)	(4.064.618,96)
(Aumento) redução nos créditos de operações com planos de assistência à saúde	(378.263,00)	(76.637,13)
(Aumento) redução nos créditos de oper. de assist. à saúde não relac. com planos de saúde	(177.847,24)	165.565,24
(Aumento) redução nos créditos tributários e previdenciários	(39.174,64)	(240.376,15)
(Aumento) redução nos bens e títulos a receber	103.508,56	(141.659,59)
(Aumento) redução nas despesas antecipadas	(230,39)	(1.322,65)
(Aumento) redução nas contas correntes ativas com cooperados	(64.572,70)	1.180,21
(Aumento) redução nos créditos fiscais	(23.375,62)	(16.713,19)
(Aumento) redução nos outros créditos a receber a longo prazo	(38.648,35)	(36.827,39)
Aumento (redução) nas provisões técnicas de operações de assist.à saúde	269.826,45	(63.292,09)
Aumento (redução) nos débitos de operações de assistência à saúde	7.850,58	(1.422,45)
Aumento (redução) nos débitos com oper.assist.à saúde não relac.planos de saúde	1.914,49	5.299,50
Aumento (redução) nos tributos e encargos sociais a recolher	278.772,35	358.007,95
Aumento (redução) nos débitos diversos	12.894,01	45.498,09
Aumento (redução) nas contas correntes passivas com cooperados	328,63	(468,03)
Aumento (redução) nas provisões para ações judiciais	(350.000,00)	350.000,00
Ajuste em cotas de capital a receber (bens e títulos a receber)	(4.946,12)	24.730,62
Ajuste em aluguel a receber (bens e títulos a receber)	1.600,00	
Ajuste em fornecedores do imobilizado (débitos diversos)	(0,83)	(0,91)
Ajuste em cotas de capital a pagar do exercício anterior (débitos diversos)	936,00	1.080,00
Ajuste nas contas correntes passivas com cooperados	(13.884,69)	-
Caixa líquido das atividades operacionais	<u>(1.190.375,91)</u>	<u>(329.421,47)</u>

(29) Benefícios a empregados

Os benefícios concedidos pela Operadora a seus empregados são detalhados a seguir:

Benefícios a empregados	2023	2022
Alimentação	186.748,68	182.045,24
Assistência médica/odontológica	145.041,04	125.543,78
Seguro pessoal	95.873,21	76.110,66
Formação profissional	46.903,11	27.588,00
Vale transporte	4.036,28	6.716,55
Auxílio educação	635,69	1.776,42
Total	479.238,01	419.780,65

(30) Partes relacionadas

A Operadora considera como partes relacionadas as pessoas ou entidades que estão relacionadas com a Uniodonto Administradora, considerando as premissas da Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TG 05 (R3) – Divulgação sobre Partes Relacionadas. As principais transações são representadas pelos eventos indenizáveis de seus cooperados e remuneração do pessoal chave.

Os eventos indenizáveis com seus cooperados em 2023 totalizaram R\$ 14.849.769,85 (R\$ 13.631.230,99 em 2022).

As partes relacionadas com o pessoal chave compreendem a Diretoria, composta por Diretor Presidente, Diretor Vice-Presidente e Diretor Superintendente, cujas atribuições, poderes e funcionamento são definidos no Estatuto Social da Operadora. Os diretores são os representantes legais, responsáveis principalmente, pela administração da Operadora no aspecto operacional e também pelas políticas e diretrizes gerais. São eleitos por meio de Assembleia Geral Ordinária, com mandato de 4 (quatro) anos, encerrando-se para todos na mesma data, sendo permitida a reeleição. As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto normal das atividades operacionais, cujo pró-labore e encargos sociais, em 2023, totalizaram R\$ 182.530,00 (R\$ 174.052,00 em 2022).

A Operadora não possui relacionamentos com qualquer outra entidade que segundo a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 05 (R3) – Divulgação sobre Partes Relacionadas devam ser consideradas como partes relacionadas, seja: a) direta ou indiretamente por meio de um ou mais intermediários, quando a parte: controla, for controlada por, ou estiver sob o controle comum da entidade (incluindo controladoras e controladas); tiver interesse na entidade que lhe confira influência significativa sobre a entidade; ou tiver controle conjunto sobre a entidade; b) se for coligada da entidade; c) se for *joint venture* (empreendimento conjunto) em que a entidade seja um investidor; d) se for membro do pessoal-chave da administração da entidade ou de sua controladora; e) se for membro próximo da família ou de qualquer pessoa referido nos tópicos (a) ou (d); f) se for entidade controlada em conjunto ou significativamente influenciada por, ou em que o poder de voto significativo nessa entidade reside, direta ou indiretamente, qualquer pessoa referida nos itens (d) ou (e).

(31) Instrumentos financeiros

A administração procedeu à análise dos instrumentos financeiros que compõem o ativo e o passivo e concluiu que o valor justo do disponível, créditos com operações com planos de assistência à saúde e não relacionados com planos de saúde da operadora e os passivos circulantes, principalmente provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais e débitos de operações de assistência à saúde aproximam-se do saldo contábil, em razão de o vencimento de parte significativa desses saldos ocorrerem em data próxima à do balanço patrimonial. Em 31/12/2023, a Operadora não possuía nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

(32) Gerenciamento de riscos

A Operadora apresenta exposição a diversos riscos inerentes às suas operações:

Risco de subscrição:

Descrição:

O risco de subscrição é a medida de incerteza relacionada a uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da operadora no momento da elaboração de sua política de subscrição quanto às incertezas existentes na estimativa das provisões técnicas e relativas à precificação.

Tratamento:

A Operadora avalia periodicamente suas despesas no que diz respeito a despesas assistenciais e a despesas administrativas, tomando ações preventivas para que em um futuro, não venha a ter que aportar recursos financeiros superiores aos montantes de contraprestações recebidas. Quanto a despesas assistenciais, a Operadora acompanha a utilização por parte dos beneficiários e principalmente dos contratos coletivos verificando o seu resultado (superávit / déficit), para realizar ações corretivas em casos deficitários. Está constantemente aprimorando a IA (inteligência artificial) do seu sistema clínico para identificar fraudes ou desvios de condutas realizadas por seus prestadores de serviço assistencial bem como para leitura de imagens para fins de detecção de fraudes e atualização dos prontuários dos beneficiários. Acompanha os maiores prestadores de serviço assistencial para mitigar possíveis desvios, e analisar os procedimentos mais utilizados para ações corretivas e preventivas. Quanto a despesas administrativas, a Operadora busca frequentemente se adequar ao mercado, analisando seu custo de operação, bem como a questões de comercialização, acompanhando os valores pagos aos agentes de vendas versus seu desempenho, incentivando o relacionamento mais próximo com a contratante, para detectar possível descontentamento.

Risco de crédito:

Descrição:

Risco de crédito é a medida de incerteza relacionada à probabilidade da contraparte de uma operação, ou de um emissor de dívida, não honrar, total ou parcialmente, seus compromissos financeiros, ou de ter alterada sua classificação de risco de crédito.

Tratamento:

A área financeira da Operadora avalia, em situações pontuais e quando é possível, a qualidade do crédito de seus clientes, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada, análises de mercado e outros fatores. As vendas para clientes são liquidadas por meio de boleto bancário, débito automático, cartão de crédito recorrente e em alguns casos específicos, por depósito bancário. A Operadora possui setor de cobrança interno e empresa especializada em cobrança contratada. A Operadora sempre buscando uma qualidade de crédito com menor índice de inadimplência. Procura acompanhar o mercado quanto a questões de cobrança, e iniciou-se o desenvolvimento para recebimento por meio de PIX que atualmente o mercado tem solicitado essa modalidade de pagamento, onde estima-se que pode haver melhoria do risco de crédito.

Risco de mercado:

Descrição:

Risco de mercado é a medida de incerteza relacionada à exposição a perdas decorrentes da volatilidade dos preços de ativos, tais como cotações de ações, taxas de juros, taxas cambiais, preços de commodities e preços de imóveis.

Tratamento:

A administração da Operadora monitora de forma periódica os seus resultados, define os níveis de aplicações (investimentos) em cada instituição financeira, bem como os controles necessários para obtenção de maior segurança nos investimentos e na gestão dos recursos financeiros. Quanto a gestão de recursos financeiros, iniciou-se um projeto chamado de caixa zero, onde se mantém o mínimo

possível de dinheiro parado em conta corrente, aplicando-se o excedente para obtenção de um rendimento financeiro. Procurando diminuir a influência do mercado sobre suas operações, a

Operadora está sempre atenta a política de outras operadoras na região, bem como investindo em sua imagem para reforçar sua presença na região. Além das ações acima realizadas, a Operadora vem buscando firmar parcerias com associações, cooperativas de créditos e outras instituições, para vender seu produto para seus associados.

Risco legal:

Descrição:

Risco legal é a medida de incerteza relacionada aos retornos de uma operadora por falta de um completo embasamento legal de suas operações; é o risco de não-cumprimento de leis, regras, regulamentações, acordos, práticas vigentes ou padrões éticos aplicáveis, considerando, inclusive, o risco de que a natureza do produto/serviço prestado possa tornar a operadora particularmente vulnerável a litígios.

Tratamento:

A Operadora tem em sua administração, acompanhamento jurídico especializado no que diz respeito a contratos, celebrados entre a Operadora e clientes, bem como entre fornecedores e a Operadora. Tem acompanhamento dos informes da Uniodonto do Brasil, no qual a Operadora é associada, onde também possui uma assessoria jurídica especializada que acompanha principalmente as alterações da legislação e movimentos legislativos no que diz respeito a planos de saúde, cooperativismo e sociedade civil, como por exemplo, a entrada em vigor da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), entendendo assim que os riscos legais são diminuídos por estas ações.

Risco operacional:

Descrição:

Risco operacional é a medida de incerteza que compreende os demais riscos enfrentados pela Operadora relacionados aos procedimentos internos, tais como risco de perda resultante de inadequações ou falhas em processos internos, pessoas e sistemas.

Tratamento:

A Operadora administra o risco operacional para evitar prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos mediante desenvolvimento de padrões nas seguintes áreas: segregação de funções; conferência e monitoramento de operações; cumprimento de exigências regulatórias e legais; documentação de controle e procedimentos; treinamento e desenvolvimento profissional; investimentos contínuos em tecnologia da informação; padrões éticos e comerciais.

Risco de liquidez:

Descrição:

O risco de liquidez é a medida relacionada à possibilidade de ocorrência de um descasamento entre os fluxos de pagamento e de recebimento, gerando, desse modo, uma incapacidade para cumprir os compromissos assumidos.

Tratamento:

A área financeira monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Operadora para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, bem como exigências de garantias determinadas pela ANS. A Operadora investe o excesso de caixa gerado em aplicações em instituições renomadas e/ou cooperativas de crédito, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez e margem suficiente. As reservas disponíveis da Operadora são suficientes para manter a operação por um bom tempo, dando assim estabilidade em sua operação. A Operadora não possui responsabilidades por avais ou fianças as cooperativas e demais entidades com as quais se relaciona.

(34) Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) e Capital Regulatório (CR)

A Operadora atende às exigências da ANS, estabelecidas por meio da Resolução Normativa – RN nº. 569, de 2022, em vigor desde 1º de janeiro de 2023, que dispõe sobre os critérios para definição do capital regulatório das operadoras de planos de assistência à saúde.

Com base na normativa acima citada, a Operadora deverá manter, a qualquer tempo, Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) equivalente ou superior ao Capital Regulatório (CR), sendo este CR o maior entre os seguintes valores: Capital Base (CB) ou Capital Baseado em Riscos (CBR).

	2023
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	24.731.658,91
Capital Regulatório (CR) - O maior entre os seguintes valores:	
Capital Base (CB)	22.453,99
Capital Baseado em Riscos	3.662.429,49

O PLA da Operadora excede o valor do CR, atendendo assim às exigências da ANS.

A Resolução Normativa – RN nº. 569, de 2022, da ANS, considera:

(i) Patrimônio Líquido Ajustado (PLA): Patrimônio Líquido, apurado nas demonstrações financeiras da operadora, ajustado por efeitos econômicos regulamentados pela referida RN.

(ii) Capital Regulatório (CR): limite mínimo de Patrimônio Líquido Ajustado que a operadora deve observar, a qualquer tempo, em função das regras de capital regulamentadas pela referida RN.

(iii) Capital Base (CB): regra de capital que define um montante fixo a ser observado a qualquer tempo, em função da modalidade, segmentação e região de comercialização, tal como disposto no Anexo I da referida RN.

(iv) Capital Baseado em Riscos (CBR): regra de capital que define montante variável a ser observado pela operadora em função de fatores pré-determinados por modelo padrão estabelecido pela ANS, compreendendo os principais riscos envolvidos nas atividades relacionadas à operação de planos privados de assistência à saúde, quais sejam: o risco de subscrição, o risco de crédito, o risco de mercado, o risco legal e o risco operacional.

(33) Cobertura de seguros (não auditado)

A Operadora mantém seguros patrimoniais cujo montante é julgado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas em seus ativos e ressarcir possíveis danos pessoais e materiais causados a terceiros. Em 31/12/2023, as coberturas máximas de seguros eram compostas de R\$ 1.300.000,00 para incêndio, raio, explosão/implosão, R\$ 80.000,00 para danos elétricos – curto circuito, R\$ 50.000,00 para roubo/furto qualificado, R\$ 100.000,00 para perda/pagamento de aluguel, R\$ 120.000,00 para vendaval até fumaça – exceto bens ao ar livre, R\$ 20.000,00 para recomposição de registros e documentos, R\$ 10.000,00 para equipamentos eletrônicos, R\$ 100.000,00 para responsabilidade civil operações, R\$ 50.000,00 para responsabilidade civil empregador, R\$ 20.000,00 para tumultos/greves/lockout – atos dolosos, 100,00% tabela FIPE para cobertura por veículo, R\$ 400.000,00 para danos materiais por veículo, R\$ 500.000,00 para danos corporais por veículo, R\$ 10.000,00 por morte por pessoa, R\$ 10.000,00 para invalidez permanente por pessoa e R\$ 150.000,00 para danos morais por veículo.

DIRETORIA

Dr. Ricardo Hochheim Filho
Presidente

Dr. Beato Ari Stingelin
Vice-Presidente

Dr. Fred Zimmermann
Superintendente

Garcia Contabilidade Ltda.
CNPJ nº. 07.828.910/0001-06
CRC/SC nº. 006.279/O

Odair Francisco Vargas
CPF nº. 019.298.989-83
Contador CRC/SC nº. 024.557/O-3



uniodonto[®]

Santa Catarina

UNIODONTO DE SC
COOPERATIVA ADMINISTRADORA DE CONTRATOS
ANS n°. 34.220-3
CNPJ n° 02.338.268/0001-63

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da UNIODONTO DE SC COOPERATIVA ADMINISTRADORA DE CONTRATOS – RN 34.220-3 (“Operadora”), no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado, de Sobras e Perdas, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa, do Valor Adicionado e as respectivas Notas Explicativas, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, e tomando como base no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, sem ressalva, de 28 de fevereiro de 2024, é de opinião que as citadas peças, examinadas à luz das legislações societária, cooperativista e diretrizes contábeis estabelecidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS vigentes encontram-se em condições de serem aprovadas pela Assembléia Geral Ordinária da Operadora.

Blumenau, SC, 29 de fevereiro de 2024.

Conselho efetivo

Dra. Yone Oshima

Dra. Rosane Caldeira

Dr. Leonardo Marcos Prinz

Conselho suplente

Dra. Vanessa C.B. Cavaignac

Dra. Maristela de Borba

Dra. Bruna Wuerges Somensi

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Diretoria, Conselho Fiscal e Cooperados da
**UNIODONTO DE SC COOPERATIVA ADMINISTRADORA DE CONTRATOS – ANS
– 34.220-3**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **UNIODONTO DE SC COOPERATIVA ADMINISTRADORA DE CONTRATOS – ANS – 34.220-3** (“Operadora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, de sobras e perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **UNIODONTO DE SC COOPERATIVA ADMINISTRADORA DE CONTRATOS – ANS – 34.220-3** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Operadora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Operadora, apesar de não ser requerida para as entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras. Para formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TG 09. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos e são consistentes em relação às demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Operadora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Operadora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Operadora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Operadora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Operadora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Operadora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data do nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Operadora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Joinville, SC, 28 de fevereiro de 2024.



Assinado de forma digital
por SERGIO PAULO
STAHN:51825350906

SÉRGIO STAHN AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-SC nº 7.657/O-2
Registro CVM nº 1155-0
Sérgio Paulo Stahn
CRC-SC nº 14.878/O-6